



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL
Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

ATA nº 2/2014/ASPLAN/DG
II Reunião de Análise da Estratégia 2014
(Relatórios de Análise da Estratégia dos 1º e 2º trimestres de 2014)

Data	28/11/2014 – sexta-feira
Início	11h50min
Fim	14h20min

Participantes

Nome	Cargo/Unidade
Dra. Daniela Barbosa Assumpção de Souza	Juíza Auxiliar da Presidência
Adriana Freitas Brandão Correia	Diretora-Geral
Simone Ferreira de Oliveira e Cruz	Assessora da Presidência
Odlan Villar Farias	Secretário de Gestão de Pessoas
José Roberto da Silva dos Santos	Secretário Judiciário
Fernando José da Fonseca	Secretário de Orçamento e Finanças
Fabiano Freitas Barbosa	Coordenador de Logística, representando o Secretário de Tecnologia da Informação
Soraya Previtali	Assessora de Planejamento e Gestão
Érica Pacheco Marins	Coordenadora CRE - COJUP
Renata Motta Geronimi	Chefe da SEPLAT/CRE
Helena Maria Barbosa da Silva	Escola Judiciária Eleitoral
Luciana Souza Batista	Assessora de Comunicação

Ausentes representantes da Secretaria de Administração e Vice-Presidência
Responsável pela lavratura da ata: Tatiana de Freitas Kagohara (ASPLAN)

1. Pauta:

- Feedback dos planos de ação gerados na I RAE de 2014, realizada no dia 27 de maio de 2014 (Prot. nº 26.442/2014)
- Revisão da ficha do indicador "*Índice de participação de magistrados*"
- Proposição e aprovação de plano de ação relacionado ao objetivo "*Aprimorar o processo eleitoral*"
- Proposição e aprovação de plano de ação relacionado ao objetivo "*Aprimorar a comunicação com os públicos externos*"
- Proposição e aprovação de plano de ação relacionado ao objetivo "*Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia*"
- Proposição e aprovação de plano de ação relacionado ao objetivo "*Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ*"
- Proposição e aprovação de plano de ação relacionado ao objetivo "*Garantir a infraestrutura adequada de TIC*"
- Proposição e aprovação de plano de ação relacionado ao objetivo "*Garantir a agilidade dos feitos eleitorais*"
- Proposição e aprovação de plano de ação relacionado ao objetivo "*Prestar serviços de excelência*"
- Proposição e aprovação de plano de ação relacionado aos objetivos "*Fomentar o exercício da cidadania*"; "*Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral*" e "*Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia*"

2. Descrição da reunião:

2.1 A Sra. Diretora-Geral iniciou a reunião sensibilizando os participantes quanto à importância de realização das Reuniões de Análise da Estratégia para a avaliação do desempenho da estratégia, esclarecendo, ainda, quanto à recomendação contida em auditoria interna para a realização das RAEs na periodicidade contida no Ato nº 391/2012.

2.2 Em relação ao primeiro tópico da pauta - *Feedback dos planos de ação gerados na I RAE de 2014, realizada no dia 27 de maio de 2014* - a Sra. Diretora-Geral solicitou que fosse dado início à apresentação sobre a execução e o andamento dos Planos de ação.

Preliminarmente, a Sra. Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão esclareceu que não foram encaminhados àquela Assessoria os formulários de acompanhamento relativos aos planos de ação referentes aos objetivos "*Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais*" e "*Aprimorar o processo eleitoral*", cujos responsáveis são, respectivamente, a Seção de Capacitação e a Diretoria-Geral.

Em seguida, apresentou o plano "*Criação de lista ordenada de municípios para a realização de revisões de eleitorado com recadastramento biométrico dos eleitores*", disponibilizando aos participantes o quadro consolidado do planejamento apresentado pelo TRE-RJ ao TSE, para implantação da biometria em 2014 e 2015, com base nas informações contidas nos Ofícios DG nºs 543/2014 e 568/2014, cujas cópias foram anexadas pela STI ao formulário de acompanhamento de plano de ação apresentado por aquela unidade (Prot. nº 26.442/2014). O referido quadro integra os anexos desta ata.

Os participantes consideraram **concluído** o Plano de Ação.

2.3 Na sequência, considerando a vinculação ao mesmo objetivo estratégico ("*Aprimorar o processo eleitoral*"), a Sra. Diretora-Geral ratificou que o Formulário de Acompanhamento do Plano de Ação relativo à realização do "*Planejamento das atividades operacionais e logísticas relacionadas ao recadastramento biométrico de eleitores – definição dos procedimentos gerais necessários à realização das ações de cadastramento/recadastramento biométrico de eleitores, considerando as atividades a serem executadas, prazos demandados e responsáveis pela execução*" não foi apresentado, esclarecendo que resta pendente para a conclusão do Plano de Ação uma única atividade, inicialmente prevista para agosto de 2014, a saber, "*Submeter a proposta de Termo de Abertura de Projeto (TAP) à ASPLAN*". Informou que o Termo de Abertura de Projeto, a ser elaborado pela gerente designada, Claudia Foffano, Assessora Administrativa da Diretoria-Geral, ainda não foi concluído, sobretudo, em razão do acúmulo de atividades relacionadas aos dois turnos das Eleições de 2014.

Após a exposição da Sra. Diretora-Geral, os participantes deliberaram pela prorrogação do prazo para apresentação do TAP do projeto "*Planejamento das ações de revisão de eleitorado com cadastramento biométrico de eleitores*" à ASPLAN, pela gerente designada, para fevereiro de 2015, e pela **continuidade de monitoramento** do andamento do plano de ação na próxima Reunião de Análise da Estratégia.

2.4 Em seguida, o Sr. Secretário de Gestão de Pessoas ratificou que não foi apresentado o Formulário de Acompanhamento do Plano de Ação relacionado ao objetivo "*Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais*", que visa "*Melhorar a comunicação às unidades sobre o PAC aprovado, especialmente das necessidades de cada unidade contempladas no plano, acompanhada de calendário dos treinamentos já disponíveis*". Esclareceu que a execução das atividades elencadas no plano, isto é

"Aprovar o PAC" e "Comunicar às unidades quais necessidades foram contempladas no PAC e indicar os treinamentos relacionados a elas que já estejam agendados pelas empresas do mercado" foi impactada pelos seguintes fatores: 1) Os pedidos de capacitação, que eram deferidos de forma pontual, passaram, com o início do período eleitoral, a serem indeferidos, sob o fundamento de que os afastamentos de servidores poderiam causar prejuízos ao serviço, tendo em vista a escassez de servidores; 2) Os pedidos que, à época, tramitavam, foram igualmente indeferidos, pela mesma razão, mas com a sinalização de que, superada a eleição, as capacitações necessárias voltariam a ser autorizadas; 3) Em setembro, com a proximidade do pleito e considerando o tempo necessário para instrução das contratações, novos pedidos de treinamentos, para serem realizados a partir do mês de novembro, foram deflagrados. No entanto, quando submetidos à apreciação da Presidência, esta determinou a elaboração de um planejamento dos cursos, para serem realizados prioritariamente pela Escola Judiciária Eleitoral, que deveria ser apresentado em 30 dias, até 08 de dezembro; 4) Em cumprimento à decisão, a COEDE submeteu plano contendo apenas ações de treinamento que não gerassem despesa para o Tribunal, o qual não chegou a ser apreciado; 5) Por fim, em 05 de novembro, o Plenário aprovou a Resolução nº 908/14, que, dentre outras disposições, atribuiu à EJE a competência para capacitar permanentemente os servidores do TRE/RJ (art. 1º) e vedou a contratação de cursos externos (art. 11).

Após a exposição do Sr. Secretário de Gestão de Pessoas, os presentes deliberaram pela inexecutabilidade e conseqüente **descontinuidade** do plano de ação.

2.5 Na sequência, tendo em vista a ausência do Sr. Secretário de Administração, a Sra. Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão apresentou o desempenho do Plano de Ação para "**Implementação de controle de consumo por unidade com análise dos resultados obtidos, visando identificar possíveis distorções de consumo para adoção de medidas corretivas**", relacionado ao consumo de água e energia elétrica, conforme formulário de acompanhamento de plano de ação encaminhado pela SAD. Esclareceu que, de acordo com o formulário, todas as ações previstas no plano de ação foram implementadas, estando consolidada a sistemática de controle de consumo de água e energia, com a disponibilização na Intranet do relatório de consumo por zona eleitoral e encaminhamento de relatório quadrimestral pela COSEG à Diretoria-Geral. Informou, ainda, que a COSEG encaminhou à Diretoria-Geral relatório relativo ao primeiro quadrimestre de 2014, de onde se extrai que foram gerados 12 (doze) expedientes para realização de vistorias técnicas nos cartórios que apresentaram consumos considerados críticos, sendo 7 (sete) relativos ao consumo de água e 5 (cinco) relativos ao consumo de energia. As vistorias relativas ao consumo de água já foram realizadas, pendentes as de consumo de energia.

Após a exposição, os presentes consideraram **concluído** o plano de ação.

Handwritten notes in blue ink on the left margin, including the letters "SR" and "K" with arrows pointing to the text.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.

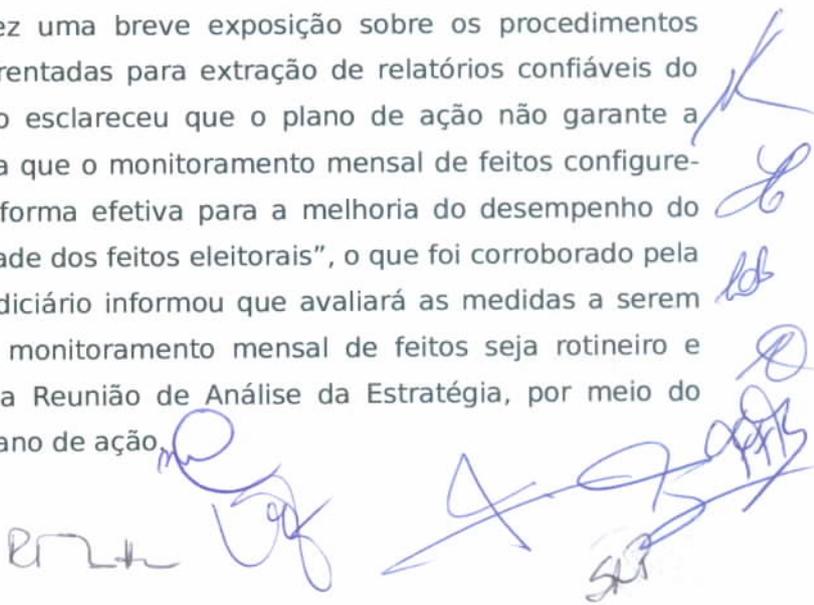
2.6 Em continuação, a Sra. Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão apresentou o desempenho do plano de ação para "*Implementação de controle de consumo por unidade com análise dos resultados obtidos, visando identificar possíveis distorções de consumo para adoção de medidas corretivas*", relacionado ao consumo de papel e copos descartáveis, conforme formulário de acompanhamento de plano de ação encaminhado pela SAD. Esclareceu que, de acordo com o formulário, todas as ações previstas no plano de ação foram implementadas, estando consolidada a sistemática de controle de consumo de copos descartáveis e papel, com a disponibilização na Intranet do relatório de consumo por zona eleitoral e encaminhamento de relatório quadrimestral pela COMAP/SAD à Diretoria-Geral. Destacou, conforme consta do formulário de acompanhamento do plano de ação, que as planilhas de controle estão sendo aprimoradas, a fim de otimizar as análises.

Após a exposição, os presentes consideraram **concluído** o plano de ação.

2.7 Em seguida, a Sra. Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão apresentou o desempenho do Plano de Ação para "*Redefinição das unidades responsáveis pela coleta de dados e pela análise de indicadores e objetivos estratégicos; desenvolvimento de Sistema de Gestão da Estratégia, inserido no Plano Estratégico do TRE-RJ; e, elaboração de cronograma de atividades para realização das RAEs*", gerenciado pela ASPLAN. Esclareceu que o plano de ação encontra-se em execução, mas que o prazo inicialmente previsto para conclusão, dezembro de 2014, não poderá ser observado, devido à complexidade do Sistema de Gestão da Estratégia, que já se encontra em desenvolvimento pela SEDSIS. Esclareceu, ainda, que o cronograma de atividades para realização das RAEs em 2015 será elaborado pela ASPLAN no início de 2014.

Deliberou-se pela **continuidade de monitoramento** do andamento do plano de ação na próxima Reunião de Análise da Estratégia.

2.8 Na sequência, foi apresentado o formulário de acompanhamento do Plano de Ação para "*Sistematização do monitoramento mensal de feitos*", gerenciado pela Secretaria Judiciária. O Secretário Judiciário fez uma breve exposição sobre os procedimentos adotados e algumas dificuldades enfrentadas para extração de relatórios confiáveis do SADP. A Assessora de Planejamento esclareceu que o plano de ação não garante a consolidação da sistemática, de forma que o monitoramento mensal de feitos configure-se em rotina da SJD e contribua de forma efetiva para a melhoria do desempenho do objetivo estratégico "Garantir a agilidade dos feitos eleitorais", o que foi corroborado pela Sra. Diretora-Geral. O Secretário Judiciário informou que avaliará as medidas a serem implementadas para garantir que o monitoramento mensal de feitos seja rotineiro e apresentará a proposição na próxima Reunião de Análise da Estratégia, por meio do formulário de acompanhamento do plano de ação.

The bottom of the page features several handwritten signatures in blue ink. On the right side, there are four distinct signatures, with the top one being the most prominent. On the left side, there are two more signatures, one of which appears to be a stylized 'R' or 'S'. The signatures are scattered across the bottom of the page, partially overlapping the text of the final paragraph.

Ante à exposição, deliberou-se pela **continuidade de monitoramento** do andamento do plano de ação na próxima Reunião de Análise da Estratégia.

2.9 Em continuidade, o Sr. Secretário Judiciário apresentou o desempenho do Plano de ação para "*Estudo de relatórios atualmente utilizados para fornecimento dos dados (para alimentação dos indicadores Taxa de congestionamento de feitos judiciais (2º grau) e Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais (2º grau), a fim de identificar as discrepâncias já verificadas e promover eventuais alterações, necessárias para coleta de dados mais confiáveis*", gerenciado pela SJD. A Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão informou que as inconsistências nas variáveis que integram os indicadores de 2º grau foram novamente identificadas no terceiro trimestre de 2014. A Sra. Juíza Daniela Barbosa Assumpção de Souza registrou a necessidade de priorização do plano, considerando a importância da confiabilidade dos dados fornecidos pela SJD para avaliação do desempenho institucional em relação aos processos judiciais no âmbito do 2º grau de jurisdição, bem como por serem dados fornecidos para sistemas do CNJ, como Metas Nacionais e Justiça em Números. A Assessora de Planejamento lembrou que o projeto "Padronização dos registros de feitos eleitorais no SADP" está atrasado, uma vez que pendentes as parametrizações para emissão de relatórios no âmbito do 2º grau. O Sr. Secretário Judiciário informou que adotará as providências necessárias visando à conclusão do plano de ação, bem como solicitará ao representante da SJD, integrante do referido projeto, para imprimir a devida celeridade objetivando à conclusão do projeto mencionado.

Ante à exposição, deliberou-se pela **continuidade de monitoramento** do andamento do plano de ação na próxima Reunião de Análise da Estratégia.

2.10 Em continuação, foi apresentado o formulário de desempenho do Plano de Ação para "*Realizar estudo de viabilidade para ampliação/otimização dos canais de comunicação com o público externo*". Consoante o referido formulário, apresentado pela Assessoria da Presidência, o período eleitoral impactou na execução do plano de ação, refletindo-se na inobservância do prazo de implementação inicialmente proposto, agosto de 2014. De tal sorte, propôs-se que as reuniões de análise de viabilidade das diretrizes de otimização dos canais de comunicação com o público externo sejam realizadas a partir de março de 2015, com a participação dos representantes da Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Diretoria-Geral, Secretaria de Tecnologia da Informação e Assessoria de Comunicação Social. A partir da análise de viabilidade, caberá ao responsável pelo plano de ação submeter o TAP – Termo de Abertura do Projeto "Otimização dos canais de comunicação com o público externo" ao Comitê Gestor da Estratégia, para deliberação quanto à sua aprovação.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'SJC', 'AB', and 'J']

A proposição foi acolhida pelos presentes, que deliberaram pela **continuidade de monitoramento** do plano de ação na próxima Reunião de Análise da Estratégia.

2.11 Na sequência, a Sra. Chefe de Gabinete da Presidência apresentou o desempenho do Plano de Ação para "**Elaborar estudo para apresentação de proposta de ações de acesso em um ou mais municípios que não sejam sede de Zona Eleitoral, para execução em 2014**". Em razão dos motivos elencados no formulário de acompanhamento de plano de ação e expostos na reunião, demonstrou-se a impossibilidade da implementação de ações de acesso em 2014 em municípios que não sejam sede de zona eleitoral. Sugeriu-se, contudo, a apresentação na próxima RAE de ficha de indicador que substitua o atual "Índice de acesso à Justiça", uma vez que o parâmetro "atendimento aos municípios não-sede de zona eleitoral", que fundamenta o atual indicador, não se mostra alinhado ao objetivo de acesso à Justiça, já que, pelos estudos preliminares realizados e apresentados no formulário, outros parâmetros devem ser incorporados à análise de priorização dos municípios a serem atendidos. Considerando que os presentes concordaram com as considerações apresentadas, sugeriu-se o retorno do Projeto "Justiça Eleitoral Itinerante", ora em trâmite na Diretoria-Geral, à respectiva gerente, Gisele Goneli, para que, reconstituindo a equipe que trabalhou no projeto, reavalie os produtos apresentados levando-se em consideração parâmetros mais abrangentes.

Após a exposição da Sra. Chefe de Gabinete, os presentes deliberaram pela inexecutabilidade e conseqüente **descontinuidade** do plano de ação, pela apresentação de proposta de revisão da ficha do indicador "Índice de acesso à Justiça" na próxima RAE, pelo Gabinete da Presidência, e pela reavaliação dos produtos gerados no projeto "Justiça Eleitoral Itinerante" pela respectiva equipe, gerenciada pela servidora Gisele Goneli.

2.12 Em continuação aos tópicos da pauta, a proposta de revisão do indicador "**Índice de participação de magistrados**" foi **adiada para a próxima RAE**, uma vez observada a necessidade de alguns ajustes na respectiva ficha.

2.13 Em observância ao último tópico da pauta, deu-se início à apresentação dos planos de ação, que integram os anexos da ata.

A Sra. Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão esclareceu que, dos oito planos de ação previstos, apenas dois foram encaminhados à ASPLAN para a composição da apresentação, além de uma justificativa para não execução do plano.

A apresentação dos planos de ação foi realizada pelos respectivos responsáveis pela elaboração, conforme definido na Pré-RAE, observando-se a sequência da pauta, deliberando-se ao final de cada apresentação, conforme segue:

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'RIZ', 'J. GONELI', and 'S. P.'.

2.13.1 Objetivo "*Aprimorar o processo eleitoral*"

Unidade responsável pela elaboração do plano de ação: DG

Não foi apresentado plano de ação relativo à sistematização da gestão do planejamento eleitoral e do processo de avaliação das eleições.

A questão foi adiada para a próxima RAE.

2.13.2 Objetivo "*Aprimorar a comunicação com os públicos externos*"

Unidade responsável pela elaboração do plano de ação: CRE

O plano de ação foi apresentado pela servidora Renata Geronimi. Considerando que a primeira atividade do plano de ação refere-se à revisão da ficha do indicador "Disponibilização de sentenças na Internet pelas Zonas Eleitorais", nova ficha foi apresentada (indicador "*Percentual de disponibilização na internet da íntegra das sentenças proferidas (1º grau)*"). Nos debates, a Sra. Juíza Daniela Barbosa Assumpção de Souza questionou sobre a viabilidade de criação de funcionalidade no sistema SADP que permitisse a publicação automática da sentença na Internet no momento do comando da disponibilização da sentença no DJE, uma vez que tal implementação tornaria desnecessária a rotina prevista no plano de ação. As representantes da CRE esclareceram que o sistema DJE e SADP são distintos, o que poderia configurar-se em obstáculo à implementação, no entanto, dispuseram-se a, em paralelo à implementação do plano de ação, realizar tratativas junto ao TSE e ao Comitê Gestor do SADP para avaliar essa possibilidade. Assim, os presentes **aprovaram** a ficha do indicador e o plano de ação, que integram os anexos desta ata, com a ressalva que de sejam realizadas as devidas tratativas junto ao TSE para viabilizar a implementação de rotina no sistema que torne a disponibilização das sentenças na internet automáticas.

O feedback do plano de ação será realizado na próxima RAE.

2.13.3 Objetivo "*Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia*"

Unidade responsável pela elaboração do plano de ação: SGP

Não foi apresentado plano de ação relativo à garantia da efetiva gestão do clima organizacional e a melhoria do desempenho das dimensões que apresentaram menor satisfação na pesquisa aplicada em 2013.

A questão foi adiada para a próxima RAE.

2.13.4 Objetivo "*Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ*"

Unidade responsável pela elaboração do plano de ação: SAD

Não foi apresentado plano de ação relativo às medidas a serem adotadas para viabilizar a mensuração do indicador "Índice de adequação das instalações físicas.

A questão foi adiada para a próxima RAE.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'SAD', 'DG', and 'CRE'.

2.13.5 Objetivo "Garantir a infraestrutura adequada de TIC"

Unidade responsável pela elaboração do plano de ação: STI

Não foi apresentado plano de ação relativo às medidas a serem implementadas, de forma prioritária, para o atingimento das diretrizes estabelecidas na Resolução nº 90 do Conselho Nacional de Justiça.

A questão foi adiada para a próxima RAE.

2.13.6 Objetivo "Garantir a agilidade dos feitos eleitorais"

Unidade responsável pela elaboração do plano de ação: CRE

Não foi elaborado plano de ação, uma vez que, conforme manifestação da Corregedoria, anexa a esta ata, ao iniciar a análise dos dados para a preparação do Plano de Ação, observou-se que os riscos levantados no 2º trimestre de 2014, referentes à análise das prestações de contas anuais, não se efetivaram no trimestre seguinte, uma vez que as prestações de contas foram em sua grande maioria analisadas de forma célere, concluindo-se que o curso de prestação de contas ministrado pela SCI no final do ano de 2013 surtiu efeito positivo na rapidez e análise das prestações de contas. Contudo, destacou a Corregedoria, unidade responsável pela elaboração do plano de ação, que, não obstante a não aplicação de um plano de ação, cada vez mais torna-se necessário ampliar a oferta de cursos de conhecimentos específicos dos serviços eleitorais, dando-se ênfase tanto à parte teórica quanto à prática.

Considerando que o cerne do plano de ação seria a implementação de ações para garantir a sedimentação, não apenas de conhecimentos em análise dos processos de prestação de contas partidárias, mas também de outros conhecimentos relacionados ao processo eleitoral, no âmbito de toda a instituição, e que tal abordagem extrapola os limites do objetivo estratégico "garantir a agilidade dos feitos", deliberou-se pela apresentação de novo plano de ação, a ser elaborado em conjunto pela CRE, EJE e SGP, visando identificar as atividades necessárias para que os temas relacionados ao processo eleitoral sejam disseminados no âmbito interno.

O plano de ação deverá ser apresentado na próxima RAE.

2.13.7 Objetivo "Prestar serviços de excelência"

Unidade responsável pela elaboração do plano de ação: SAD

Não foi apresentado plano de ação relativo às medidas a serem implementadas para que os resultados da pesquisa de satisfação do cliente externo sejam trabalhos para gerar ações de melhoria, com especial ênfase pela Secretaria de Administração no que tange à infraestrutura, e de que forma deve ser dado feedback aos cartórios eleitorais sobre o aproveitamento dos resultados apurados para a implementação de ações de melhoria.

A questão foi adiada para a próxima RAE.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'SAD', 'EJE', and 'SGP'.

2.13.8 Objetivos “Fomentar o exercício da cidadania”; “Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral” e “Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia”

Unidade responsável pela elaboração do plano de ação: EJE

O plano de ação foi apresentado pela servidora Helena Maria Barbora da Silva. Após os debates e alguns ajustes, o plano foi aprovado pelos presentes e integra os anexos desta ata.

O feedback do plano de ação será realizado na próxima RAE.

3. Considerações finais:

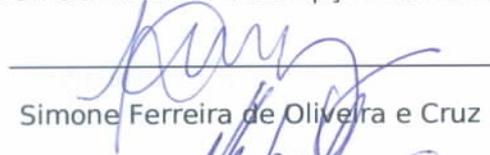
A Diretora-Geral informou que a ata será encaminhada posteriormente por e-mail aos presentes e, não havendo objeções, promovida a coleta de assinaturas, para posterior disponibilização no Portal da Estratégia.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi considerada encerrada.

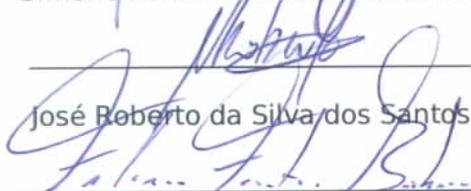
4. De acordo:



Daniela Barbosa Assumpção de Souza



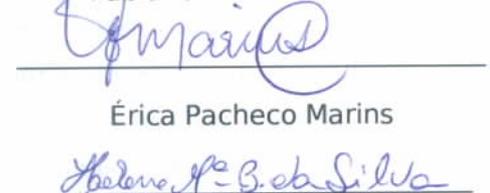
Simone Ferreira de Oliveira e Cruz



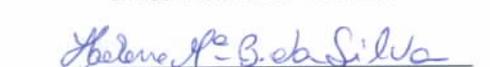
José Roberto da Silva dos Santos



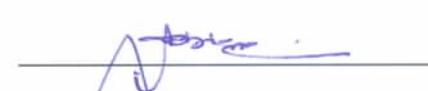
Fabiano Freitas Barbosa



Érica Pacheco Marins



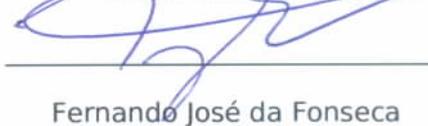
Helena Maria Barbora da Silva



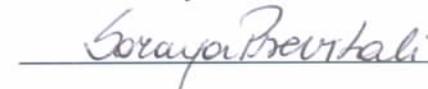
Adriana Freitas Brandão Correia



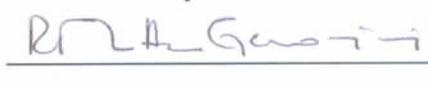
Odlan Villar Farias



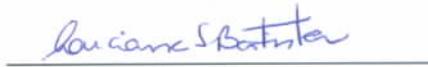
Fernando José da Fonseca



Soraya Previtali



Renata Motta Geronimi



Luciana Souza Batista

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

REF: Reunião de Análise da Estratégia – 27 de maio de 2014
Relatório de Análise da Estratégia relativo ao 4º trimestre de 2013 (consolidação de 2013)

Objetivo estratégico impactado:

APRIMORAR O PROCESSO ELEITORAL

Ação a ser implementada	Prazo para implementação
CRIAÇÃO DE LISTA ORDENADA DE MUNICÍPIOS PARA A REALIZAÇÃO DE REVISÕES DO ELEITORADO COM RECADASTRAMENTO BIOMÉTRICO DOS ELEITORES.	15 DE JULHO DE 2014
Responsável pela implementação: ANDRÉ DOS SANTOS SANT'ANNA	

Atividade	Data da implementação
1. DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO PARA A DEFINIÇÃO DE MUNICÍPIOS, CONSIDERANDO INCLUSIVE O CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO ORDINÁRIO	16/06/2014
Responsável pela implementação: COMISSÃO INTERDISCIPLINAR DE BIOMETRIA	

Detalhamento da implementação da ação : (*)

Foi realizada reunião na Diretoria-Geral para repasse das novas orientações do TSE referentes ao cadastramento biométrico que foram repassadas em reunião no dia 6/6.

Em nova reunião ocorrida na DG em 16/06 foi definido que os critérios para priorização seriam, na ordem:

- 1) Existência de obrigação legal para revisão de eleitorado
- 2) Existência de infraestrutura física no cartório para a instalação dos kits
- 3) Cartórios que atendessem a um único município
- 4) Cartórios com menor eleitorado (necessitariam de menos kits)

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)

Atividade	Data da implementação
2. CRIAÇÃO DE RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS BASEADA NOS CRITÉRIOS DEFINIDOS	30/07/2014
Responsável pela implementação: COLOG / SEADES	

Detalhamento da implementação da ação: (*)
Foi elaborada lista de municípios observando os critérios definidos, considerando as informações possíveis de serem repassadas pela SAD. A lista foi apresentada em reunião ocorrida em 30/07, na Diretoria-Geral

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)
<u>Uma dificuldade verificada foi que a SAD não possui informações consolidadas a respeito da infraestrutura existente em cada cartório</u>

Atividade	Data da implementação
3. SUGESTÃO DE PERÍODOS PARA REALIZAÇÃO BASEADA NO QUANTITATIVO DE KITS DE CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO DISPONÍVEIS	30/07/2014
Responsável pela implementação: COMISSÃO INTERDISCIPLINAR	

Detalhamento da implementação da ação: (*)
A lista definida com base nos critérios de priorização foi analisada e foi definida previsão de data para implementação de atendimento com coleta de dados biométricos dos eleitores.

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)
<u>Somente foram priorizados os cartórios com infraestrutura física já levantada pela SAD. Os demais cartórios serão alvo de análise da SAD quanto à possibilidade de adaptações para recebimento dos kits biométricos.</u>

Data: 4 de agosto de 2014

Nome e cargo do responsável

Instruções de preenchimento:

(*) O campo “detalhamento da implementação da ação” deverá fornecer informações que permitam avaliar o efetivo cumprimento da deliberação, descrevendo as medidas executadas para implementação. Toda informação deve estar suportada por documentos ou outras evidências que a comprovem.

(**) Registrar eventuais obstáculos ou dificuldades na implementação da ação e ainda outras considerações que julgar importante.

BIOMETRIA 2014-2015

QUADRO CONSOLIDADO DO PLANEJAMENTO ENCAMINHADO AO TSE

FONTE: Ofícios DG n°s 543/2014 e 568/2014

Municípios a serem atendidos em 2015 (cadastramento ordinário):

	Município	Quant. de ZEs	Eleitorado estimado para atendimento biométrico em 2015	Quant. kits	Início do cadastramento biométrico ordinário
01	Araruama	1	9.088	2	Jan/2015 (*)
02	Arraial do Cabo	1	2.693	2	Jan/2015 (*)
03	Belford Roxo	4	32.000	6	2º sem/2015(**)
04	Cachoeiras de Macacu	1	4.411	2	Jan/2015 (*)
05	Campos dos Goytacazes	7	35.473	7	1º sem/2015(**)
06	Carmo	1	1.386	2	2º sem/2015(**)
07	Duque de Caxias	10	62.058	14	1º sem/2015(**)
08	Itaocara	1	1.880	2	2º sem/2015(**)
09	Itaperuna	1	7.421	4	2º sem/2015(**)
10	Maricá	1	9.237	2	Jan/2015 (*)
11	Miracema	1	2.215	2	2º sem/2015(**)
12	Nilópolis	4	12.961	6	2º sem/2015(**)
13	Porciúncula	1	1.400	2	2º sem/2015(**)
14	Rio de Janeiro (***)		171.825 (eleitores das 34 zonas eleitorais da capital com previsão de cadastramento biométrico em 2015)	87 (60+27)	2º sem/2015(**)
15	São Fidélis	1	3.019	2	Jan/2015 (*)
16	São Gonçalo	12	67.837	24	2º sem/2015(**)
17	São Sebastião do Alto	1	752	2	2º sem/2015(**)
18	Seropédica	1	5.379	2	2º sem/2015(**)
19	Teresópolis	2	12.452	4	Jan/2015 (*)
20	Trajano de Moraes	1	881	2	Jan/2015 (*)
21	Vassouras	1	2.911	2	Jan/2015 (*)
22	Volta Redonda	4	22.105	4	Jan/2015 (*)
23	CAE Sede	---	---	2	Nov/2014 (*)

Zonas eleitorais que oferecem condições adequadas para instalação imediata (30 zonas)

Zonas eleitorais onde, após as devidas intervenções na estrutura física, poderão ser instalados os kits biométricos (27 zonas)

(*) Utilização de kits biométricos já disponíveis no TRE-RJ (98 kits)

(**) Alocação dos kits biométricos enviados pelo TSE, condicionadas as datas à efetiva entrega. Será necessário, para execução do plano, o fornecimento de 160 kits pelo TSE.

(***) Méier: 20ºZE, 214ºZE e 213ºZE (total: 6 kits); Guadalupe: 167ºZE e 175ºZE (total: 6 kits); Copacabana: 5ºZE, 18ºZE; 205ºZE; 206ºZE e 252ºZE (total: 5 kits); Saúde: 1ºZE, 2ºZE, 193ºZE e 204ºZE (total: 1 kit); Deodoro: 123ºZE e 178ºZE (total: 4 kits); Barra da Tijuca: 9ºZE, 13ºZE, 119ºZE e 179ºZE (total: 8 kits); Todos os Santos: 14ºZE, 207ºZE e 208ºZE (total: 5 kits); Irajá: 22ºZE, 176ºZE, 177ºZE e 190ºZE (total: 8 kits); Campo Grande: 242ºZE (total: 2 kits); Ilha do Governador: 192ºZE (total: 3 kits); Madureira: 218ºZE e 219ºZE (total: 6 kits); Engenho Novo: 8ºZE (total: 2 kits); Vila Isabel: 173ºZE (total: 2 kits); Ramos: 121ºZE (total: 2 kits). Total geral para a capital = 60 kits; Reserva técnica = 27 kits.

Cadastramento biométrico por Revisão do Eleitorado:

	Município	Quant. de ZEs	Eleitorado estimado para atendimento biométrico em 2015	Quant. kits	Início do cadastramento biométrico
01	Rio das Ostras	1	80.067	55	<p>Nov/2014, com 6 kits (ordinária);</p> <p>Abr/2015, com todos os 55 kits (extraordinária) - a realização do cadastramento será de abril até junho. Com a desmobilização, permanecerão 4 kits em Rio das Ostras. Os demais 51 kits serão disponibilizados, dos quais 34 serão dirigidos para o cadastramento extraordinário em São João da Barra</p>
02	São João da Barra	1	34.527	36	<p>Nov/2014, com 2 kits (ordinária);</p> <p>Ago/2015, com todos os 36 kits (extraordinária) – realização do cadastramento de agosto até setembro</p>

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

REF: Reunião de Análise da Estratégia – 27 de maio de 2014
Relatório de Análise da Estratégia relativo ao 4º trimestre de 2013 (consolidação de 2013)

Objetivo estratégico impactado:	PROMOVER A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL
--	--

Ação a ser implementada	Prazo para implementação
IMPLEMENTAÇÃO DE CONTROLE DE CONSUMO POR CARTÓRIO ELEITORAL, COM ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS, VISANDO IDENTIFICAR POSSÍVEIS DISTORÇÕES DE CONSUMO PARA ADOÇÃO DE MEDIDAS CORRETIVAS.	31 DE OUTUBRO DE 2014
Responsável pela implementação: GUILHERME GUARINO WERNECK	

Atividade	Data da implementação
1. CRIAÇÃO DE PLANILHA ELETRÔNICA, PARA LANÇAMENTO MENSAL DOS DADOS DE CONSUMO. A ALIMENTAÇÃO DA PLANILHA SERÁ EFETUADA PELA SEAEDI, ESPECIFICAMENTE PELO SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS (CARMEN LUCIA GARZON GALIANO).	30 DE MAIO DE 2014
Responsável pela implementação: COSEG	

Detalhamento da implementação da ação: (*)
 A planilha foi criada e está sendo alimentada pela servidora designada, com os dados de consumo constantes das faturas das concessionárias responsável pelo fornecimento de energia elétrica e água/esgoto.

COMENTÁRIOS DO GESTOR ()**
 A inserção dos dados é realizada pela servidora designada, através de digitação, não sendo a forma ideal, já que é passível de erros. A SEAEDI está estudando uma forma de efetuar a entrada dos dados automaticamente, através da criação de *scripts*, visando ao aumento da segurança e confiabilidade das informações.

Atividade	Data da implementação
2. ADOÇÃO DE SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DOS DADOS, PARA IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE DISTORÇÃO EM RELAÇÃO À MÉDIA GERAL, BEM COMO EM RELAÇÃO À MÉDIA HISTÓRICA DE CONSUMO DA PRÓPRIA UNIDADE.	14 DE JULHO DE 2014
Responsável pela implementação: COSEG	

Detalhamento da implementação da ação: (*)
 A própria planilha possui funcionalidade que faz a crítica dos dados inseridos, indicando os cartórios cujos consumos encontram-se acima da média geral. A comparação em relação à média histórica de consumo de cada cartório ainda não foi implementada em razão de que os dados lançados ainda não permitem análise desta natureza.

COMENTÁRIOS DO GESTOR ()**

Atividade	Data da implementação
3. ADOÇÃO DE SISTEMÁTICA DE ANÁLISE DAS SITUAÇÕES DE DISTORÇÃO IDENTIFICADAS E ENCAMINHAMENTO DOS CASOS, SE COUBER, AOS SETORES COMPETENTES PARA ADOÇÃO DAS MEDIDAS CORRETIVAS.	21 DE JULHO DE 2014
Responsável pela implementação: COSEG	

Detalhamento da implementação da ação: (*)

Para possibilitar ações direcionadas aos casos mais críticos, após análise dos dados apontados pela planilha de controle, foram adotados índices de corte de 50% em relação à energia elétrica e de 100% em relação ao consumo de água. Os casos identificados nestas condições estão sendo analisados, bem como adotadas providências para identificação das causas, dentre elas: consulta aos cartórios eleitorais, às concessionárias e encaminhamento ao setor técnico do Tribunal (COENG) de solicitação de vistoria e apresentação de parecer sobre as condições das instalações dos imóveis.

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)

Entendo que este é apenas o início relativo à ação e que com o decorrer do tempo, através da experiência adquirida, poderemos desenvolver outras formas de análise, tornando cada vez mais efetivo o controle sobre o consumo e consequentemente viabilizando a adoção de medidas mais precisas, no intuito de se efetuar a correção das distorções.

Atividade	Data da implementação
4. IMPLANTAÇÃO DE RELATÓRIO QUADRIMESTRAL, DESTACANDO AS DISTORÇÕES APURADAS, O RESULTADO DAS ANÁLISES ELABORADAS E DAS MEDIDAS SUGERIDAS PARA SUA CORREÇÃO.	30 DE OUTUBRO DE 2014
Responsável pela implementação: COSEG	

Detalhamento da implementação da ação: (*)

A SEAEDI enviará bimestralmente, para os *e-mails* da Equipe Ambiental e da ASPLAN (com cópia para SAD e COSEG), arquivos em PDF contendo os consumos individualizados por Zona Eleitoral, em ordem numérica crescente os cartórios. Os dados serão publicados pela ASPLAN no Portal da Estratégia, no campo "Dados Estatísticos".

O arquivo referente ao consumo de cada bimestre será encaminhado ao final do bimestre subsequente.

A análise dos dados de consumo de água e energia elétrica será realizada quadrimestralmente. A COSEG analisará os dados e levantará entre os maiores consumidores as possíveis causas para tais gastos. Juntamente com o gabinete da SAD, a COSEG desenvolverá planos de ação visando à identificação das causas e das providências que possam ser avaliadas conjuntamente.

Após estes procedimentos, a SAD encaminhará as respectivas análises e providências adotadas para a ASPLAN.

Para que os prazos do plano de ação sejam compatíveis com os dos Relatórios da Estratégia, as planilhas e análises serão trabalhadas conforme a seguinte programação:

- Janeiro, Fevereiro, Março e Abril
- Maio, Junho, Julho e Agosto
- Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro

O primeiro relatório quadrimestral está sendo apresentado nesta data, conforme previsto no plano de ação.

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)

Data: 30 de Outubro de 2014

Guilherme Guarino Werneck
Coordenador de Serviços Gerais

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

REF: Reunião de Análise da Estratégia – 27 de maio de 2014
Relatório de Análise da Estratégia relativo ao 4º trimestre de 2013 (consolidação de 2013)

Objetivo estratégico impactado:

PROMOVER A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Ação a ser implementada	Prazo para implementação
IMPLEMENTAÇÃO DE CONTROLE DE CONSUMO POR UNIDADE, COM ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS, VISANDO IDENTIFICAR POSSÍVEIS DISTORÇÕES DE CONSUMO PARA ADOÇÃO DE MEDIDAS CORRETIVAS.	31 de julho de 2014
Responsável pela implementação: PATRÍCIA MARIA GRANVILLE GARCIA LEAL	

Atividade	Data da implementação
1. CRIAÇÃO DE PLANILHA ELETRÔNICA, PARA LANÇAMENTO MENSAL DOS DADOS DE CONSUMO. A ALIMENTAÇÃO DA PLANILHA SERÁ EFETUADA PELO SERVIDOR MAX LEANDRO DE FREITAS ROCHA, LOTADO NA SEALMO.	04/08/2014
Responsável pela implementação: COMAP	

Detalhamento da implementação da ação : (*)

Foram criadas, pelo servidor Max Leandro de Freitas Rocha, planilhas denominadas “Consumo Ambiental”, estratificadas para consumo de papel A4 e consumo de copos descartáveis de café e água. Tais planilhas elencam o consumo mensal dos referidos materiais, por cartório eleitoral. Visando a melhor avaliação dos dados, a planilha apresenta, ainda, o total de seções eleitorais e o total de eleitores de cada cartório.

Os insumos desta planilha são extraídos do Sistema ASI LINK, Módulo Almojarifado.

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)

Após a criação da planilha foi incluído o campo “total de RAES”, com vistas ao aprimoramento das análises.

As respectivas análises deverão considerar a identificação das “zonas únicas”, as peculiaridades do período eleitoral, e também as justificativas para exceções concedidas.

Atividade	Data da implementação
2. ADOÇÃO DE SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DOS DADOS, PARA IDENTIFICAÇÃO DOS MAIORES CONSUMIDORES.	07/08/2014
Responsável pela implementação: COMAP	

Detalhamento da implementação da ação: (*)
<p>Para identificar os maiores solicitantes dos referidos materiais, foram criadas planilhas próprias, derivadas da Planilha “Consumo Ambiental” denominadas “Maiores consumidores”, que consideram como linha de corte para consumo de copos em torno de 10 % dos pedidos mais altos, quando estes estiverem fora do padrão de consumo.</p> <p>No caso do papel serão avaliados, no princípio, os 25 maiores consumidores.</p> <p>Em seguida foram remetidos e-mails aos cartórios identificados, consultando sobre os fatores que implicaram no consumo acima da média da maioria dos cartórios.</p>

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)
<p>A linha de corte ainda poderá ser revista, considerando os aprimoramentos que foram realizados na planilha e as análises das peculiaridades sazonais.</p>

Atividade	Data da implementação
3. ADOÇÃO DE SISTEMÁTICA DE ANÁLISE DE CONSUMO, VISANDO AFERIR A ADEQUAÇÃO DO CONSUMO ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES IDENTIFICADAS.	07/08/2014
Responsável pela implementação: COMAP	

Detalhamento da implementação da ação: (*)
<p>Análise das planilhas verificando os maiores consumidores de copos descartáveis e papel. A COMAP encaminhará para a ASPLAN e Equipe Ambiental, bimestralmente, um arquivo em formato PDF com o consumo de copos (água e café) e de papel, separados por zonas e unidades da sede – até o nível de secretaria. Este arquivo será publicado no Portal da Estratégia, dentro de “Dados Estatísticos”.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quadrimestralmente a COMAP encaminhará para o gabinete da SAD, relatório informando as providências tomadas para tratamento dos maiores consumidores. • Os meses deverão ser trabalhados conforme abaixo: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Janeiro, fevereiro, março, abril ✓ Maio, junho, julho, agosto ✓ Setembro, outubro, novembro, dezembro

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)

Foi realizada reunião entre a titular da Comap, a servidora Janete, do Gabinete da SAD, a Coordenadora de Equipe Ambiental, e a servidora Claudeci, da ASPLAN, para deliberação sobre a sistemática de controle a ser adotada.

Os arquivos com o consumo detalhado já estão sendo enviados para a ASPLAN e Equipe Ambiental, conforme sistemática definida. Já tendo sido, inclusive, publicados no Portal da Estratégia.

Atividade	Data da implementação
4. IMPLANTAÇÃO DE RELATÓRIO BIMESTRAL, DESTACANDO AS DISTORÇÕES APURADAS, O RESULTADO DAS ANÁLISES ELABORADAS E DOS AJUSTES ACORDADOS COM AS UNIDADES.	01/09/2014
Responsável pela implementação: COMAP	

Detalhamento da implementação da ação: (*)

Após a reunião realizada para tratar da sistemática a ser adotada, citada no campo acima “comentários do gestor”, considerou-se mais oportuno a adequação das datas de envio dos referidos relatórios quadrimestrais (conforme periodicidade detalhada no item 3), para melhor aderência aos períodos de elaboração dos relatórios de análise da estratégia deste Tribunal. Os relatórios deverão contemplar as análises dos maiores consumidores identificados, os tratamentos por ventura já aplicados e as sugestões de melhoria para deliberação da SAD e/ou DG.

O primeiro relatório, referente ao primeiro quadrimestre do ano, já foi encaminhado à SAD e, posteriormente, à Diretoria-Geral, sob o Prot. nº 130.080/2014.

As planilhas com o consumo de papel e de copos descartáveis, das zonas eleitorais e das unidades da Sede, relativos ao primeiro quadrimestre, já foram disponibilizados no Portal da Estratégia. As planilhas do segundo quadrimestre estão em fase de conclusão, já com a inclusão da coluna “total de RAEs”, visando ao aprimoramento das análises.

O procedimento de controle já está sendo implementado como uma rotina no setor de almoxarifado e na COMAP.

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)

Não foram encontradas maiores dificuldades para a implementação deste plano de ação, conforme relatado acima. Está efetivamente sendo implantada uma sistemática de monitoramento do consumo de copos descartáveis e papel A4, de modo que podemos considerar que este plano de ação foi concluído/ implementado com êxito.

Data: 11 de novembro de 2014

Patricia Maria Granville Garcia Leal
Coordenadora de Material e Patrimônio

Instruções de preenchimento:

(*) O campo “detalhamento da implementação da ação” deverá fornecer informações que permitam avaliar o efetivo cumprimento da deliberação, descrevendo as medidas executadas para implementação. Toda informação deve estar suportada por documentos ou outras evidências que a comprovem.

(**) Registrar eventuais obstáculos ou dificuldades na implementação da ação e ainda outras considerações que julgar importante.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

REF: Reunião de Análise da Estratégia – 27 de maio de 2014
Relatório de Análise da Estratégia relativo ao 4º trimestre de 2013 (consolidação de 2013)

Objetivo estratégico impactado:	DESENVOLVER A GESTÃO ORIENTADA A RESULTADOS
--	--

Ação a ser implementada	Prazo para implementação
REDEFINIÇÃO DAS UNIDADES RESPONSÁVEIS PELA COLETA DE DADOS E PELA ANÁLISE DE INDICADORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS; DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA, INSERIDO NO PLANO ESTRATÉGICO DO TRE-RJ; E ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA REALIZAÇÃO DAS RAES.	DEZEMBRO DE 2014
Responsável pela implementação: SORAYA PREVITALI	

Atividade	Data da implementação
1. REDEFINIÇÃO DAS UNIDADES RESPONSÁVEIS PELA COLETA DE DADOS E PELA ANÁLISE DE INDICADORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.	25 de maio de 2014
Responsável pela implementação: COMITÊ GESTOR DA ESTRATÉGIA	

Detalhamento da implementação da ação : (*)
 A redefinição das unidades responsáveis pela coleta de dados e pela análise de indicadores e objetivos estratégicos foi objeto de pauta da Reunião de Análise da Estratégia realizada no dia 25 de maio de 2014. Na ocasião, foi aprovada a relação das unidades e responsáveis, conforme consta da ata da referida reunião, disponibilizada no Portal da Estratégia do TRE-RJ.

COMENTÁRIOS DO GESTOR ()**

Atividade	Data da implementação
2. GERENCIAMENTO DO PROJETO SISTEMA DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA	
Responsável pela implementação: ASPLAN	

Detalhamento da implementação da ação: (*)
 O projeto integra o Plano Estratégico do TRE-RJ. Seu gerenciamento está a cargo da Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão. O gerenciamento é um processo que integra todas as fases do projeto, desde a iniciação até o encerramento. Portanto, a data de implementação corresponderá à data de encerramento do projeto. As principais atividades relativas ao desenvolvimento do sistema integram os subitens apresentados no plano de ação.

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)

Não foram observadas dificuldades, até o momento, no que se refere ao gerenciamento do projeto.

Atividade	Data da implementação
2.1 IDENTIFICAÇÃO DAS FUNCIONALIDADES REQUERIDAS PELO SISTEMA DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA	01/07/2014
Responsável pela implementação: ASPLAN	

Detalhamento da implementação da ação: (*)

A Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão – ASPLAN – identificou as funcionalidades requeridas pelo sistema e registrou-as em formulário denominado “REF – Requisição de Ferramenta de TI”. O referido formulário foi encaminhado à Seção de Desenvolvimento de Sistemas e subsidiou a reunião realizada no dia 1º de julho de 2014, entre a ASPLAN e a SEDSIS, para discussões preliminares sobre o sistema, conforme ata que integra o Prot. nº 76.325/2013, dando-se início ao projeto.

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)

A identificação de funcionalidades e o respectivo detalhamento no formulário REF otimizaram o processo. O formulário foi encaminhado à Seção de Desenvolvimento de Sistemas previamente à realização da primeira reunião entre a ASPLAN e aquela Seção, realizada no dia 1º de julho. De tal sorte, a reunião foi mais objetiva e direcionada às funcionalidades esperadas do sistema.

Atividade	Data da implementação
2.2 REALIZAÇÃO DE REUNIÕES COM A SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DA STI PARA DEFINIÇÃO DE REQUISITOS DO SISTEMA DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA.	24/10/2014
Responsável pela implementação: ASPLAN/SEDSIS	

Detalhamento da implementação da ação: (*)

A primeira reunião entre a ASPLAN e a Seção de Desenvolvimento de Sistemas da STI foi realizada no dia 1º de julho de 2014. Foram agendadas duas reuniões semanais entre a referida Seção e a ASPLAN para definição dos requisitos do sistema. As reuniões são registradas em atas, que integram o Prot. nº 76.325/2013.

A fase de definição de requisitos foi concluída no dia 24 de outubro, quando foi entregue a primeira versão do sistema para testes, considerando-se, portanto, concluída esta atividade do plano de ação.

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)

As reuniões para definição de requisitos foram bastante produtivas.

Atividade	Data da implementação
2.3 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA.	
Responsável pela implementação: SEDSIS	

Detalhamento da implementação da ação: (*)
<p>A atividade está em execução. Considera-se iniciada esta fase com a geração dos primeiros produtos pela SEDSIS, o que ocorreu no dia 24/10/2014, conforme expresso no item 2.2, quando a primeira versão do sistema foi apresentada pela SEDSIS à ASPLAN.</p> <p>Como o sistema é desenvolvido em blocos, gerando entregas parciais, conforme a metodologia SCRUM adotada pela SEDSIS, o desenvolvimento do primeiro bloco utilizou como base os elementos que integram o objetivo estratégico “Garantir a agilidade dos feitos eleitorais”. Essa primeira versão será apresentada às unidades envolvidas com o objetivo mencionado (SJD e CRE) para realização de testes, que também serão realizados pela ASPLAN.</p> <p>Em razão da complexidade do sistema, estima-se que o prazo de conclusão do plano de ação seja prorrogado.</p>

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)

Atividade	Data da implementação
2.4 IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA	
Responsável pela implementação: ASPLAN/SEDSIS	

Detalhamento da implementação da ação: (*)
Ainda não há expectativa de prazo para implementação desta atividade.

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)

Atividade	Data da implementação
2.5 OUTRAS ATIVIDADES INCLUÍDAS NO ESCOPO DO PROJETO, DISTINTAS DO DESENVOLVIMENTO DA FERRAMENTA.	
Responsável pela implementação: ASPLAN	

Detalhamento da implementação da ação: (*)
O PGP (Plano Geral do Projeto) ainda não foi concluído, porém estimam-se como outros produtos do projeto a elaboração do manual do sistema e o treinamento dos usuários da ferramenta. As atividades relacionadas a tais produtos não foram iniciadas, já que dependem da conclusão da fase de desenvolvimento da ferramenta.

--

COMENTÁRIOS DO GESTOR ()**

--

Atividade	Data da implementação
3. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES PARA REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DE 2015.	
Responsável pela implementação: ASPLAN	

Detalhamento da implementação da ação: (*)

A realização desta atividade ainda não foi iniciada, uma vez que a elaboração do cronograma depende das discussões de prazos do processo que estão sendo realizadas durante as reuniões de desenvolvimento da ferramenta.

COMENTÁRIOS DO GESTOR ()**

Não foram identificadas, até o momento, dificuldades para sua implementação.

Data: _____

Nome e cargo do responsável

Instruções de preenchimento:

(*) O campo “detalhamento da implementação da ação” deverá fornecer informações que permitam avaliar o efetivo cumprimento da deliberação, descrevendo as medidas executadas para implementação. Toda informação deve estar suportada por documentos ou outras evidências que a comprovem.

(**) Registrar eventuais obstáculos ou dificuldades na implementação da ação e ainda outras considerações que julgar importante.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

REF: Reunião de Análise da Estratégia –05 de setembro de 2014
Relatório de Análise da Estratégia relativo ao 3º trimestre de 2014

Objetivo estratégico impactado:	GARANTIR AGILIDADE DOS FEITOS ELEITORAIS
---------------------------------	--

Ação a ser implementada	Prazo para implementação
SISTEMATIZAÇÃO DO MONITORAMENTO MENSAL DOS FEITOS.	18 DE JULHO DE 2014
Responsável pela implementação: JOSÉ ROBERTO DA SILVA DOS SANTOS	

Atividade	Data da implementação
I. EMISSÃO DO RELATÓRIO ESTATÍSTICO PROCESSO TRAMITANDO SEM DECISÃO, EXTRAÍDO DO SADP.	30 de setembro de 2014 foi emitido o último relatório.
Responsável pela implementação: GABSJD	

Detalhamento da implementação da ação : (*)
Geração do relatório “Processo tramitando sem decisão”, anexo, por meio do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP.

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)
<hr/> <hr/> <hr/>

Atividade	Data da implementação
2. ANALISAR O RELATÓRIO, IDENTIFICANDO OS PROCESSOS PARALISADOS ACIMA DO TEMPO RAZOÁVEL, BEM COMO O LOCAL DE PARALISAÇÃO.	30 de setembro de 2014
Responsável pela implementação: GABSJD	

Detalhamento da implementação da ação: (*)
 A partir da análise do relatório emitido em 30/09/2014, foram encontrados 22 processos tramitando acima de 100 dias, a maioria localizada nos gabinetes dos respectivos juízes membros.

COMENTÁRIOS DO GESTOR ()**

Atividade	Data da implementação
3. TOMAR MEDIDAS DE ADEQUAÇÃO E, SENDO NECESSÁRIO, REPORTAR-SE À ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR PARA MAIORES PROVIDÊNCIAS.	30 de setembro de 2014
Responsável pela implementação: GABSJD	

Detalhamento da implementação da ação: (*)
 O número de processos paralisados foi reportado ao Secretário Judiciário, que achou o quantitativo razoável e dispensou maiores providências, principalmente tendo em vista tratar-se de período eleitoral e da prioridade voltada ao processamento dos feitos mais urgentes.

COMENTÁRIOS DO GESTOR ()**

Data: _____

Nome e cargo do responsável

Instruções de preenchimento:

(*) O campo “detalhamento da implementação da ação” deverá fornecer informações que permitam avaliar o efetivo cumprimento da deliberação, descrevendo as medidas executadas para implementação. Toda informação deve estar suportada por documentos ou outras evidências que a comprovem.

(**) Registrar eventuais obstáculos ou dificuldades na implementação da ação e ainda outras considerações que julgar importante.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

**REF: Reunião de Análise da Estratégia –05 de setembro de 2014
Relatório de Análise da Estratégia relativo ao 3º trimestre de 2014**

Objetivo estratégico impactado:	GARANTIR AGILIDADE DOS FEITOS ELEITORAIS
--	---

Ação a ser implementada	Prazo para implementação
ESTUDO DOS RELATÓRIOS ATUALMENTE UTILIZADOS PARA FORNECIMENTO DOS DADOS, A FIM DE IDENTIFICAR AS DISCREPÂNCIAS JÁ VERIFICADAS E PROMOVER EVENTUAIS ALTERAÇÕES, NECESSÁRIAS PARA A COLETA DE DADOS MAIS CONFIÁVEIS. VISA A PRIORIDADE NA CONFECCÃO DOS RELATÓRIOS QUE MEDEM OS INDICADORES TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU) E ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DOS FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU), OBJETO DO PROJETO ESTRATÉGICO “PADRONIZAÇÃO DE REGISTRO DE FEITOS ELEITORAIS NO SADP “.	18 DE JULHO DE 2014
Responsável pela implementação: JOSÉ ROBERTO DA SILVA DOS SANTOS	

Atividade	Data da implementação
1. IDENTIFICAR OS PARÂMETROS NECESSÁRIOS PARA COLETAR OS DADOS REQUERIDOS.	Os parâmetros estão sendo identificados e enviados à SEDSIS gradualmente, desde o início do mês de maio/2014.
Responsável pela implementação: GABSJD	

Detalhamento da implementação da ação : (*)

Em virtude da proximidade das eleições e do aumento expressivo do volume de trabalho, não houve identificação de novos parâmetros no período, porém foram executados testes e ajustes para validação dos relatórios cujos parâmetros já haviam sido definidos.

COMENTÁRIOS DO GESTOR ()**

Considerando que a confecção dos relatórios envolve um trabalho complexo e minucioso, e que, por força das Eleições, os servidores do Gabinete estiveram diretamente envolvidos com as atividades inerentes ao processamento dos feitos eleitorais (Registro de Candidaturas, Representações e Prestação de Contas) desde julho corrente, a definição dos parâmetros dos relatórios ficou prejudicada durante o último trimestre.

Atividade	Data da implementação
2. CRIAÇÃO DE RELATÓRIOS DE MODO A CONSTAR NOS MESMOS OS PARÂMETROS IDENTIFICADOS COMO NECESSÁRIOS.	
Responsável pela implementação: SEDSIS	

Detalhamento da implementação da ação: (*)

Conforme já explanado, no último trimestre não houve definição de parâmetros para novos relatórios, logo, não houve confecção nem implementação de relatórios estatísticos da SJD.

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)

Como o trimestre em análise coincide com o período mais atribulado do ano eleitoral, principalmente no que tange as Secretarias Judiciária e de Tecnologia da Informação, os trabalhos de confecção e implementação de novos relatórios estatísticos ficaram prejudicados e estão sendo retomados gradualmente.

Data: _____

Nome e cargo do responsável

Instruções de preenchimento:

(*) O campo “detalhamento da implementação da ação” deverá fornecer informações que permitam avaliar o efetivo cumprimento da deliberação, descrevendo as medidas executadas para implementação. Toda informação deve estar suportada por documentos ou outras evidências que a comprovem.

(**) Registrar eventuais obstáculos ou dificuldades na implementação da ação e ainda outras considerações que julgar importante.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

REF: Reunião de Análise da Estratégia – 27 de maio de 2014
Relatório de Análise da Estratégia relativo ao 4º trimestre de 2013 (consolidação de 2013)

Objetivo estratégico impactado:	PRESTAR SERVIÇOS DE EXCELÊNCIA
--	---------------------------------------

Ação a ser implementada	Prazo para implementação
REALIZAR ESTUDO DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO/OTIMIZAÇÃO DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO EXTERNO.	AGOSTO DE 2014
Responsável pela implementação: SIMONE FERREIRA DE OLIVEIRA E CRUZ	

Atividade	Data da implementação
1. APROVAR AS UNIDADES QUE ATUARÃO NO GRUPO DE ESTUDO (SUGERIDAS AS SEGUINTE UNIDADES: PRES, CRE, OUV, DG, STI, ASCOM)	27/05/2014
Responsável pela implementação: COMITÉ GESTOR DA ESTRATÉGIA	

Detalhamento da implementação da ação : (*)
<p>O Comitê Gestor da Estratégia aprovou, na Reunião de Análise da Estratégia realizada em 27 de maio de 2014, as unidades que deverão compor grupo de estudo para analisar a viabilidade de ampliação/otimização dos canais de comunicação com o público externo, a saber: Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Diretoria-Geral, Secretaria de Tecnologia da Informação e Assessoria de Comunicação Social.</p> <p>Documentação: ATA nº 1/2014/ASPLAN/DG, Prot. nº 26.442/2014, disponível, também, no Portal da Estratégia deste Tribunal.</p>

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)

Atividade	Data da implementação
2. ELABORAR O ESTUDO DE VIABILIDADE	
Responsável pela implementação: GRUPO DE ESTUDO	

Detalhamento da implementação da ação: (*)
<p>A elaboração do estudo de viabilidade não foi realizada, em razão dos motivos apresentados no campo “Comentários do Gestor”, abaixo. Visando agilizar os trabalhos para cumprimento do plano de ação, foram elaboradas pelo Gestor as diretrizes a serem tomadas pelo Grupo de Estudo, apontando os produtos que devam ser apresentados para viabilizar a ampliação/otimização dos canais de comunicação com o público externo, conforme a seguir apresentado:</p> <p>O estudo de viabilidade para otimizar e ampliar os canais de comunicação com o público externo deverá objetivar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - Adequar a demanda externa aos canais de comunicação existentes neste Tribunal, verificando a necessidade de criação de novos canais. 2 - Garantir maior fidedignidade aos indicadores do objetivo relacionado aos canais de comunicação, avaliando corretamente o grau de prontidão desse serviço. 3 - Aprimorar o primeiro contato do público externo com o TRE/RJ, prestando serviços de excelência, na efetiva solução das questões apresentadas.

Para alcançar os objetivos acima, o grupo de estudos deverá realizar as seguintes tarefas, ou verificar a possibilidade de concretizá-las:

- Discriminar os canais de comunicação oferecidos hoje pelo Tribunal ao público externo.
- Realizar levantamento dos pedidos efetuados pelos clientes da Justiça Eleitoral junto aos atuais canais de comunicação existentes no Tribunal, identificando e agrupando as frequentes demandas.
- Sistematizar canais de comunicação específicos para as demandas identificadas e agrupadas, aprimorando o primeiro contato do público externo com o TRE/RJ. A medição do grau de prontidão do atendimento ao público só será fidedigna se o objeto de avaliação respeitar a finalidade do canal de comunicação. (A criação e implementação do canal de comunicação estão fora do escopo do projeto).
- Reformular a Ouvidoria, tornando-a um canal de comunicação residual. A Ouvidoria seria o estágio a se recorrer se insatisfatório o primeiro contato com uma unidade específica de atendimento ao público externo, sendo verificado o mau atendimento por qualquer setor deste Tribunal ou ainda ocorrendo absoluta ausência de resposta à demanda.
- Elaborar plano de comunicação para divulgação dos novos canais de comunicação.
- O risco para implementação das tarefas pelo grupo de estudos é ocorrer a fusão da Vice-Presidência com a Corregedoria, prevista por novo Regimento Interno, durante a elaboração do estudo, o que poderá atrasar a entrega dos produtos finais, uma vez que a Vice-Presidência é a unidade responsável pela Ouvidoria, e a fusão poderá alterar a unidade que ficará responsável por essa atribuição.

As diretrizes acima deverão subsidiar a “análise de viabilidade” de que trata esta atividade do plano de ação. As reuniões de análise de viabilidade serão realizadas com a participação dos representantes das unidades definidas pelo Comitê Gestor da Estratégia, sob coordenação da responsável pelo plano de ação, devendo ser registradas em atas. Como produto final desta atividade, será elaborado o Termo de Abertura do Projeto “*Otimização dos canais de comunicação com os públicos externos*”, que elencará, entre outras informações, as características do(s) produto(s) e/ou serviço(s) que deverão ser criados e a abrangência do projeto.

As reuniões de análise de viabilidade serão realizadas a partir de março e estima-se que o TAP seja apresentado na RAE de maio.

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)

Verificou-se que as unidades indicadas estão plenamente envolvidas com as Eleições 2014, sobretudo a Vice-Presidência, unidade que seria a maior interessada, em razão da atribuição de responsável pela Ouvidoria. O Grupo de Estudo, portanto, não se reuniu.

Atividade	Data da implementação
3. DELIBERAR SOBRE AS PROPOSTAS APRESENTADAS PELO GRUPO DE ESTUDO	
Responsável pela implementação: COMITÊ GESTOR DA ESTRATÉGIA	

Detalhamento da implementação da ação: (*)

O responsável pelo plano de ação deverá submeter o TAP – Termo de Abertura do Projeto “*Otimização dos canais de comunicação com o público externo*” ao Comitê Gestor da Estratégia, para deliberação quanto à sua aprovação.

COMENTÁRIOS DO GESTOR ()**

Data: 1º/08/2014

SIMONE FERREIRA DE OLIVEIRA E CRUZ
Chefe de Gabinete da Presidência

Nome e cargo do responsável

Instruções de preenchimento:

(*) O campo “detalhamento da implementação da ação” deverá fornecer informações que permitam avaliar o efetivo cumprimento da deliberação, descrevendo as medidas executadas para implementação. Toda informação deve estar suportada por documentos ou outras evidências que a comprovem.

(**) Registrar eventuais obstáculos ou dificuldades na implementação da ação e ainda outras considerações que julgar importante.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

REF: Reunião de Análise da Estratégia – 27 de maio de 2014
Relatório de Análise da Estratégia relativo ao 4º trimestre de 2013 (consolidação de 2013)

Objetivo estratégico impactado:	FACILITAR O ACESSO À JUSTIÇA ELEITORAL
--	---

Ação a ser implementada	Prazo para implementação
CONCLUIR O PROJETO “SISTEMATIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL ITINERANTE”. ELABORAR ESTUDO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE AÇÕES DE ACESSO EM UM OU MAIS MUNICÍPIOS QUE NÃO SEJAM SEDE DE ZONA ELEITORAL, PARA EXECUÇÃO EM 2014.	AGOSTO DE 2015
Responsável pela implementação: GISELE GONELI	

Atividade	Data da implementação
1. ANALISAR OS PRODUTOS GERADOS PELO PROJETO “SISTEMATIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL ITINERANTE”, PARA APROVAÇÃO DO PRESIDENTE.	
Responsável pela implementação: PRE/DG/ASPLAN	

Detalhamento da implementação da ação : (*)
Os produtos do projeto estão aguardando análise da Diretora-Geral para serem submetidos à apreciação do Presidente desta Corte.

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)
O projeto foi finalizado no primeiro bimestre deste ano, período de alteração da composição da Corte, e, conseqüentemente, troca do patrocinador, o que dificultou a imediata apreciação dos seus produtos. Além disso, sendo ano em que ocorrerão as Eleições Gerais, os esforços deste Tribunal se voltam à realização do pleito.

Atividade	Data da implementação
2. APROVAR A CONSTITUIÇÃO DE GRUPO DE ESTUDO E DEFINIR AS UNIDADES QUE COMPORÃO O GRUPO DE ESTUDO E SEUS RESPECTIVOS REPRESENTANTES (UNIDADES SUGERIDAS: ASAPRE, DG, SAD, STI, CRE, SGP).	27/05/2014
Responsável pela implementação: COMITÊ GESTOR DA ESTRATÉGIA	

Detalhamento da implementação da ação: (*)
O Comitê Gestor da Estratégia aprovou, na Reunião de Análise da Estratégia realizada em 27 de maio de 2014, a elaboração de estudos para apresentação de proposta de ações de acesso em um ou mais municípios que não sejam sede de Zona Eleitoral, para execução em 2014. O grupo de estudo deverá ser constituído pelas seguintes unidades: Assessoria da Presidência, Diretoria-Geral, SAD, STI, CRE e SGP.
Documentação: ATA nº 1/2014/ASPLAN/DG, Prot. nº 26.442/2014, disponível, também, no Portal da Estratégia deste Tribunal.

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)

A formação do grupo de estudos proposto pelo Comitê Gestor não foi concluída pela verificação prévia dos fatos abaixo enumerados:

1 – Impossibilidade de planejamento de ações: O Projeto “Sistematização da Justiça Eleitoral Itinerante” tinha como um de seus produtos a elaboração de calendário para os anos de 2013 e 2014. Em decorrência do início postergado da elaboração do projeto por reiteradas trocas de gerentes, só veio a começar a compor a comissão e a planejar os trabalhos no segundo semestre de 2013, já se tornando impossível apresentar calendário de implementação de ações para aquele ano. Concluído no prazo, no primeiro bimestre de 2014, a comissão resolveu que pelo descrito nos itens 2 e 3 seria impossível também planejar um calendário para o ano de 2014;

2 - Ano Eleitoral: Fechamento do cadastro. Priorização de tarefas relacionadas à realização do pleito. Impossibilidade de execução de ações este ano;

3 - Instalação de conexão de dados nos Municípios não-sede de zona eleitoral: As atividades a serem desenvolvidas em localidades que não se aproximem da sede do cartório, sobretudo nos Municípios não-sede, apresentam dificuldades de instalação dos circuitos de dados, e em alguns casos até para dados via rede telefônica. No desenvolvimento do projeto, a tentativa de realização de ação-piloto no Município de Tanguá foi sem sucesso em virtude da impossibilidade da instalação do link de dados. Desse modo, não se apresenta hoje tecnologia suficiente para atender com a Justiça Itinerante a todos os Municípios não-sede;

5 - Resolução TSE nº 23.422, de 06 de maio de 2014, que estabelece normas para criação e instalação de zonas eleitorais: Pela redação da nova Resolução, foi autorizado 1 zona eleitoral abranger até no máximo 5 municípios, desde que a aplicação desse requisito não decorra prejuízo ao eleitor. Ainda que a Resolução preveja como recurso alternativo a utilização do atendimento itinerante, não o faz visando exclusivamente atender a municípios não sede de zona eleitoral, mas a tentar suprir deficiências permanentes dos serviços eleitorais.

Nessa linha, considera ainda a Resolução como parâmetro de difícil acesso localidades situadas no mínimo a 200 Km da sede da zona eleitoral originária, se pavimentada, e 100km, se não pavimentada.

Dos municípios não sede de zona eleitoral desta Justiça Eleitoral, a distância mínima até a respectiva sede da zona eleitoral é de 6 km, e a máxima, de 40 km.

Verifica-se, portanto, que o fato de o Município não ser sede de zona eleitoral não justifica, por si só, a necessidade de implementar ações itinerantes de acesso à Justiça.

Desse modo, diante do verificado já na elaboração do projeto, das dificuldades impostas pelo ano eleitoral e do novo cenário apresentado pela Resolução TSE nº 23.422, tornou-se inócua a formação do grupo com a finalidade de elaboração de estudos para apresentação de proposta de ações de acesso exclusivamente a municípios que não sejam sede de Zona Eleitoral, para execução em 2014.

Observa-se pelo exposto que o indicador índice de acesso à justiça, que tem como meta aumentar para 100% os municípios atendidos até 2014, não avalia a efetiva aproximação da Justiça Eleitoral fluminense aos cidadãos. Um município não-sede de zona eleitoral pode receber atendimento efetivo do cartório que o abrange, existindo, por outro lado, distritos de Municípios que são sede de zona eleitoral talvez mais carentes de ampliar o acesso à Justiça.

À análise rasa de dados da população dos Municípios não-sede de zona eleitoral em relação ao número de eleitores: 53% possuem eleitorado apto de aproximadamente 70% da população (Varre-Sai, Tanguá, Areal, Quatis, Itatiaia, Carapebus); 30% atingiram mais de 80% da população (Aperibé, Comendador Levy Gasparian, Paty do Alferes, Cardoso Moreira). Por fim, São José de Ubá contempla mais de 90% da população, e Macuco possui mais eleitores do que habitantes, na proporção de 6488 eleitores/5320 habitantes. Em contrapartida, municípios sede de zona eleitoral como Itaboraí, que possui duas zonas eleitorais, sendo a 151ª responsável por Tanguá, tem um total de 87.720 eleitores e uma população de 225.263 habitante, ou seja, 38 % de eleitorado ativo. Outro exemplo é Cabo Frio, com 36% de eleitorado ativo.

Os dados somados sobretudo à nova redação da Resolução TSE nº 23.422 sugere que o indicador de acesso à Justiça seja reavaliado e redefinido.

Importante ressaltar que os problemas descritos nos itens 2 e 3 foram sinalizados na elaboração do Plano de Ação.

Atividade	Data da implementação
3. REALIZAR O ESTUDO PARA APRESENTAÇÃO, AO COMITÊ GESTOR, DE PROPOSTA DE AÇÕES DE ACESSO EM MUNICÍPIOS QUE, SENDO OU NÃO SEDE DE ZONA ELEITORAL, APRESENTEM DEMANDA CARENTE DE ACESSO À JUSTIÇA ELEITORAL.	
Responsável pela implementação: GRUPO DE ESTUDO	

Detalhamento da implementação da ação: (*)
Não foi implementada ainda, diante do exposto no Comentário do Gestor do item 2.

COMENTÁRIOS DO GESTOR (**)
<p>Sugere-se a apresentação de novo Plano de Ação na próxima RAE para aprovação do Comitê Gestor, a fim de criar indicador que atenda às novas diretrizes, uma vez que o parâmetro “atendimento aos municípios não-sede de zona eleitoral” não se mostra alinhado ao objetivo do acesso à justiça.</p> <p>Importante enfatizar que não se trata apenas de exclusão do indicador, tendo em vista que a proposta inicial reflete importante iniciativa desta Justiça Especializada, pois atende a demandas que não são a ela solicitadas, mas que urgem de atendimento. A idéia é criar um indicador em consonância a necessidades reais, a serem verificadas em estudo de carências que identifique critérios para elaboração de calendário de ação, cujo atendimento facilite efetivamente o acesso à Justiça Eleitoral.</p> <p>Caso aprovado o novo plano de ação pela RAE, solicito retornar o Projeto à Gerente, reconstituindo o grupo inicial, para a reavaliação dos produtos apresentados.</p>

Data: 22/10/2014

GISELE GONELI DE LACERDA

Analista Judiciário
Nome e cargo do responsável

Instruções de preenchimento:

(*) O campo “detalhamento da implementação da ação” deverá fornecer informações que permitam avaliar o efetivo cumprimento da deliberação, descrevendo as medidas executadas para implementação. Toda informação deve estar suportada por documentos ou outras evidências que a comprovem.

(**) Registrar eventuais obstáculos ou dificuldades na implementação da ação e ainda outras considerações que julgar importante.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

FORMULÁRIO PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO

Reunião de Análise da Estratégia II/2014

Unidade Responsável Identificar a unidade que coordenará o plano de ação	CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL
Quem Servidor Responsável pela condução do plano de ação	Renata Motta Geronimi
Indicador /Objetivo Relacionado Identificar o indicador/objetivo estratégico ao qual a ação está relacionada	DISPONIBILIZAÇÃO DE SENTENÇAS NA INTERNET PELAS ZONAS ELEITORAIS Objetivo estratégico: Aprimorar a comunicação com os públicos externos
Problema Identificado Identificar a origem do problema	A forma de medição e a fonte de dados definidas não se mostraram adequadas. Este fato estimulou esta Corregedoria a estudar uma nova forma de obtenção das informações. A consulta às zonas eleitorais, na forma proposta pelo indicador, quanto à disponibilização das sentenças na internet, bem como quanto à funcionalidade utilizada para este fim, não permite verificar se as sentenças encontram-se efetivamente publicadas ou não, sendo os dados baseados somente em mera informação dos cartórios eleitorais. Assim, para medir a disponibilização de sentenças na internet pelas zonas eleitorais no 2º trimestre de 2014 foram levantadas, por meio do SADP, todas as sentenças proferidas no período e foi verificada a disponibilização de cada uma delas na página deste Tribunal na internet em SERVIÇOS/ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL. Esta medição revelou-se mais eficaz do que o levantamento do percentual de zonas eleitorais que cumprem esta determinação, pois mesmo o mais diligente chefe de cartório pode, eventualmente, por equívoco, deixar de publicar alguma sentença. - Maior eficiência na coleta de dados do indicador - Maior confiabilidade e precisão dos resultados do indicador - Melhor desempenho do indicador
Benefício Identificar o benefício alcançado com a implementação do plano de ação	- Sistematização dos procedimentos de coleta e monitoramento das informações relativas à disponibilização de sentenças na internet pelas zonas eleitorais (revisão da ficha do indicador, utilização do SADP para extração dos relatórios de publicação de sentenças e estabelecimento de sistemática de monitoramento da publicação de sentenças pelos cartórios eleitorais) - Sistematização dos procedimentos que promovam um melhor desempenho do indicador.
O que O que será feito	
Quando Prazo final para execução	Data limite para término da ação – 30/4/2015
Como Descrição das atividades suficientes e necessárias ao atingimento do objetivo	Atividade 1. Elaborar e submeter ao Comitê de Gestão da Estratégia do TRE-RJ a alteração da ficha do indicador nos campos O que mede , Fonte de dados , Como medir e Meta . - O que mede : "O percentual de processos judiciais com sentenças proferidas e publicadas, na íntegra, na Internet até o 5º dia do mês subsequente àquele em que a sentença foi registrada no SADP." - Fonte de dados : "SADP"
Responsável/ área de atuação	CRE/Renata Motta Geronimi
Início Previsto	28/11/2014
Término Previsto	28/11/2014
Início Real	
Término Real	



Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

FORMULÁRIO PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO

<p>- Como medir: Total de processos judiciais com sentenças proferidas e publicadas, na íntegra, na Internet, dividido pelo total de processos judiciais com sentenças proferidas, multiplicado por cem. (Total de processos judiciais com sentenças lançadas no SADP e publicadas, na íntegra, na Internet, dividido pelo total de processos judiciais com sentenças lançadas no SADP, multiplicado por cem.) - Meta: Disponibilizar, na Internet, o inteiro teor de todas as sentenças proferidas no 1º grau (Disponibilizar, na Internet, o inteiro teor de todas as sentenças proferidas no 1º grau e lançadas no SADP)</p>	Comitê Gestor da Estratégia	28/11/2014	28/11/2014		
2. Deliberar sobre a alteração da ficha do indicador "Disponibilização de sentenças na internet pelas Zonas Eleitorais".	CRE	28/11/2014	1/12/2014		
3. Definição dos parâmetros necessários para a emissão do relatório personalizado, tais como classes processuais, data da decisão etc.	CRE/SEDSIS	1/12/2014	1/12/2014		
4. Solicitar à SEDSIS a criação de relatório no SADP para a extração das informações necessárias para o levantamento das variáveis do indicador, com base em parâmetros previamente definidos.	SEDSIS	2/12/2014	28/2/2015		
5. Desenvolver o relatório no SADP para extração das informações necessárias para o levantamento das variáveis do indicador, com base em parâmetros.	CRE	1/3/2015	13/3/2015		
6. Implementar o relatório no SADP para extração das informações necessárias para o levantamento das variáveis do indicador	CRE	28/11/2014	13/3/2015		
7. Elaborar e realizar "piloto" da sistemática a ser adotada pela Corregedoria para monitoramento da publicação das sentenças na Internet pelas zonas eleitorais.	CRE	28/11/2014	30/4/2015		
8. Definir a sistemática a ser adotada pela Corregedoria para monitoramento da publicação das sentenças na Internet pelas zonas eleitorais.	CRE	28/11/2014	30/4/2015		
9. Definir a sistemática a ser adotada pela Corregedoria para promover um melhor desempenho do indicador.	CRE	28/11/2014	30/4/2015		

Perspectiva: Processos Internos
Tema: Atuação Institucional

Indicador nº AI 03	PERCENTUAL DE DISPONIBILIZAÇÃO NA INTERNET DA ÍNTEGRA DAS SENTENÇAS PROFERIDAS (1º GRAU)
Objetivo Estratégico	Aprimorar a comunicação com os públicos externos
Descrição do objetivo	Facilitar aos públicos de relacionamento externo o amplo acesso a informações sobre o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, suas ações e iniciativas, por meio do aprimoramento dos canais de comunicação, como forma de estimular a transparência e contribuir para o fortalecimento da imagem institucional.
O que mede*	O percentual de processos judiciais com sentenças proferidas e publicadas, na íntegra, na Internet até o 5º dia do mês subsequente àquele em que a sentença foi registrada no SADP.
Para que medir	Para garantir a ampla e célere divulgação das sentenças proferidas no âmbito do 1º grau de jurisdição do TRE-RJ.
Quem mede	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)
Quando medir	Mensalmente
Fonte de dados*	SADP
Como medir*	Total de processos judiciais com sentenças lançadas no SADP e publicadas, na íntegra, na Internet (TotSentSADPDisp1º), dividido pelo total de processos judiciais com sentenças lançadas no SADP (TotSentSADP), multiplicado por cem.) $\text{PercSentDisp1º} = (\text{TotSentSADPDisp} / \text{TotSentSADP}) \times 100$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor
Situação inicial	Não aplicável
Meta	Disponibilizar, na Internet, o inteiro teor de todas as sentenças proferidas no 1º grau e lançadas no SADP
Metas plurianuais	2012 - Não aplicável 2013 - 100% 2014 - 100%
Observações	A disponibilização do inteiro teor das sentenças na internet, que se dá por meio do SADP, só pode ocorrer após publicação da sentença no Diário da Justiça Eletrônico ou, quando for o caso, no mural do Cartório Eleitoral.

* Conteúdo alterado na II Reunião de Análise da Estratégia de 2014, realizada em 28/11/2014.



Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

FORMULÁRIO PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO

Reunião de Análise da Estratégia: DEZEMBRO/2014

Unidade Responsável Identificar a unidade que coordenará o plano de ação	ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL					
Quem Servidor Responsável pela condução do plano de ação	Elaine Rodrigues Machado da Silva					
Indicador /Objetivo Relacionado Identificar o indicador/objetivo estratégico ao qual a ação está relacionada	Fomentar o exercício da cidadania / Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral / Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia					
Problema Identificado Identificar a origem do problema	Baixo índice e a queda crítica de desempenho dos indicadores RSA02, ACE02 e GP06.					
Benefício Identificar o benefício alcançado com a implementação do plano de ação	- Aumento do nível de motivação dos magistrados e servidores para participação em ações sócio-educativas promovidas pelo TRE-RJ - Aumento da demanda de ações sócio-educativas promovidas pelo TRE-RJ					
O que O que será feito	- Incentivo à participação voluntária de servidores e magistrados nas iniciativas voltadas ao fomento do exercício da cidadania - Incremento da divulgação das iniciativas voltadas ao fomento do exercício da cidadania para o público externo					
Quando Prazo final para execução	Data limite para término da ação - 30/03/2015					
Como Descrição das atividades suficientes e necessárias ao atingimento do objetivo	Atividade	Responsável/área de atuação	Início previsto	Término previsto	Início real	Término real
	1. Propor constituição de grupo de estudo para apresentação de proposta de plano de comunicação do TRE-RJ junto aos magistrados, sugerindo, para sua composição, as seguintes unidades: EJE, Gabinete da Presidência, ASCOM e CRE.	EJE	Nov/14	Jan/15		
	2. Deliberar sobre a proposta de constituição de grupo de estudo para apresentação de plano de comunicação do TRE-RJ junto aos magistrados.	Comitê Gestor	Nov/14	Jan/15		
	3. Submeter à Presidência a de proposta de plano de comunicação elaborado pelo Grupo de Trabalho.	EJE	Jan/15	Mar/15		
	4. Propor parceria com a Diretoria da Divisão de Apoio aos Programas de Promoção da Cidadania, do Tribunal de Justiça, para incentivar a participação voluntária dos magistrados.	EJE	Nov/14	Jan/15		
	5. Propor parceria com a Gerência de Educação Básica SESI - RJ, para aumento da demanda das ações sócio-educativas do TRE-RJ.	EJE	Nov/14	Jan/15		
	6. Submeter à Presidência propostas de parcerias com a Diretoria da Divisão de Apoio aos Programas de Promoção da Cidadania, do Tribunal de Justiça e com a Gerência de Educação Básica SESI - RJ.	EJE	Jan/15	Mar/15		